

## **POLÍTICA DA EJA NO CONTEXTO PANDÊMICO: DESAFIOS E ALGUMAS PERSPECTIVAS**

Rafaelle Stefane Elias Alves <sup>1</sup>  
Francisco Andre Silva Martins <sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho pretende refletir sobre a contextualização histórica de lutas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como conquista de um direito social e apresentar algumas perspectivas sobre o cenário a partir da Pandemia do Coronavírus que exigiu dos órgãos públicos, neste caso o Ministério da Educação, uma rápida resposta para manter o distanciamento social, medida de segurança para diminuição do contágio da doença e dos óbitos adotada durante o ápice da crise sanitária. Nesse contexto, indaga-se Quais seriam os impactos causados pela pandemia na EJA ? Quais as reflexões pode-se fazer para o futuro a partir dessas experiências? A pesquisa advém do recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento que apresenta um percurso metodológico com a realização de revisão bibliográfica, abordagem qualitativa e perfil exploratório. A partir disso, buscou-se descrever alguns dos principais marcos históricos da conformação da EJA como política pública e sinalizar por meio de uma revisão de trabalhos recentes os efeitos relatados quanto à adaptação das aulas presenciais para o ensino remoto em consequência da pandemia. As impressões preliminares indicam que a EJA esteve por muito tempo relacionada a políticas de governo mantidas de forma aligeirada e desestruturada com a ausência de uma política de Estado integralizadora, além disso, as mobilizações por parte da sociedade civil foram decisivas para o avanço da legitimação como modalidade de ensino. Nota-se também que a Pandemia desnudou os muitos dos percalços relativos a exclusões sociais, políticas e econômicas já experimentados pelos sujeitos que compõem a EJA, evidenciando a urgência em repensar políticas públicas para a área.

**Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Pandemia; Ensino Remoto.**

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais. Bacharela em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [rafaelle-stefane@hotmail.com](mailto:rafaelle-stefane@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: [francisco.martins@uemg.br](mailto:francisco.martins@uemg.br).

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre produções teóricas e empíricas relacionadas aos desafios do ensino remoto durante a pandemia do Covid-19, trazendo à baila breves reflexões sobre o impacto na transposição das aulas presenciais para o modelo virtual, especificamente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com a disseminação do COVID-19<sup>3</sup>, chegando a se tornar uma pandemia, os estabelecimentos educacionais adotaram medidas com a finalidade de conter a propagação da doença. Os campos de ensino precisaram executar uma abrupta adaptação para garantir a migração das práticas pedagógicas para a modalidade remota (FIOR e MARTINS, 2020). Novas normativas e diretrizes entraram em vigor para orientar os trabalhos das unidades do setor público, com o intuito de manejo dos recursos tecnológicos indispensáveis para realização de aulas remotas e a transmissão de conteúdos pedagógicos por meio de aplicativos como o Skype, Zoom, Youtube, Hangout, Meet, entre outros.

A onda de imprevisibilidade, dado o cenário de letalidade da doença, criou um ambiente de ansiedade social generalizada produzida pela falta de conhecimento do que estava por vir, consignando a isso a intervenções governamentais que geram alterações nas condutas de ações individuais e coletivas também serviram como mote para situações de insegurança quanto ao processo educativo. A utilização dos dispositivos governamentais, como a Portaria MEC nº 343/2020, a qual se iniciou a transposição das aulas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e o Parecer nº 05/2020 emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que versa sobre a reorganização do calendário letivo para cumprimento da carga horária mínima obrigatória, são exemplos da intervenção que se fez necessária durante o período.

Além da crise sanitária, percebeu-se o acirramento da crise política no Brasil, originada por movimentos de negação da ciência e da potencialidade dos danos causados pelo novo Coronavírus, o que levou o país a condições críticas de enfrentamento do fenômeno e de seus

---

<sup>3</sup> Enfermidade infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Afeta os indivíduos de diferentes formas, os sintomas mais comuns de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) são: febre, tosse, cansaço, perda de paladar ou olfato.

efeitos econômicos e sociais (ARRUDA, et al, 2020).

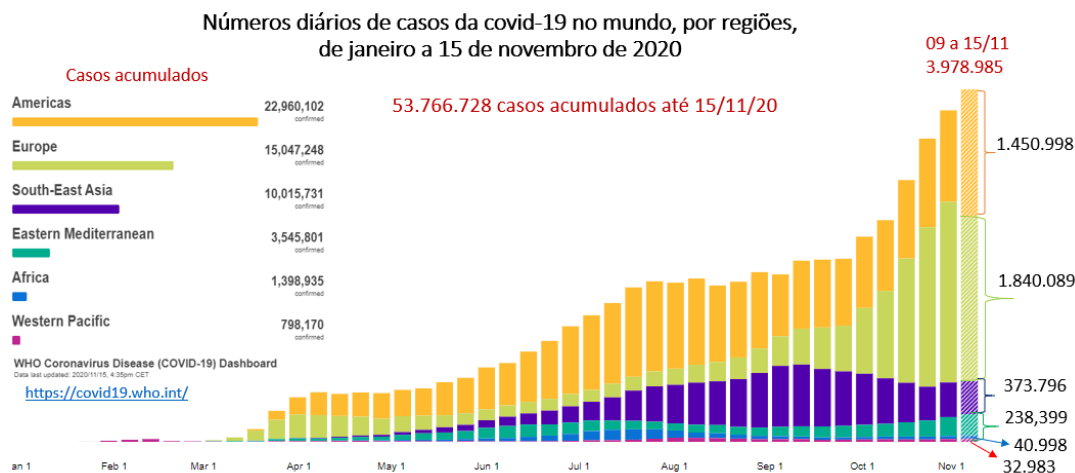
Diante dos desafios da garantia da manutenção do direito à educação, analisou-se neste contexto a EJA, modalidade historicamente marcada pelo menor investimento, que segundo os estudos vem experimentando no cenário de crise sanitária uma intensificação das desigualdades, dadas as especificidades dos sujeitos, que muitas das vezes estão expostos às mais diversas condições de vulnerabilidade social, nesse ínterim, cabe indagar: Quais são os impactos da pandemia na modalidade de educação de jovens e adultos?

O percurso metodológico deste estudo apresenta uma construção documental-bibliográfica, majoritariamente qualitativa, com a seleção de trabalhos capazes de descrever os impactos da pandemia tendo em vista as manifestações contidas na sociedade. O texto tem caráter exploratório e compõe parte de uma pesquisa em desenvolvimento, subdividido em introdução, uma discussão da descrição da pandemia, a análise dos impactos no campo educacional e por fim as considerações finais e referências.

### **Pandemia do Covid-19, algumas constatações**

O novo Coronavírus teve sua origem estimada em Wuhan, capital e maior cidade da província de Hubei na China, a região foi relacionada como epicentro inicial da pandemia a qual deixou um rastro de milhões de óbitos, uma eventualidade que a humanidade a muito tempo não experienciava se tratando de uma contaminação a nível global.

Tendo em vista que os primeiros casos tiveram presentes no continente oriental, o Brasil teve um período para se preparar diante dos potenciais riscos da doença. Nesse tempo os governos tiveram acesso a informações que permitiram mensurar de forma mínima o grau de sucesso e fracasso de algumas ações para deter a propagação da doença, no entanto esse intervalo não se mostrou suficiente para tomada de medidas governamentais efetivas o que acarretou em um aumento exponencial de mortes, em especial nas capitais com maior densidade demográfica e maior fluxo aéreo internacional. (MANSANO et al, 2021)



**FIGURA 01\_** Número de casos da COVID-19 por regiões. Organização Mundial da Saúde (2020).

A figura acima traduz as proporções de óbitos por semana ao longo do ano de 2020, que se configurou no período mais expressivo da doença, a grande onda afetou o país que concomitantemente foi exposto a aplicação de tratamentos com baixa ou nenhuma eficácia, propagação de *fake news*<sup>4</sup>, que somado a alto índice de desigualdade social pré existente, culminou em uma grave crise sanitária.

Destarte, a Organização Mundial de Saúde (OMS), realizou um alerta com relação os possíveis riscos da ampliação do contágio em cidades com altos percentuais de desigualdade social, “No Brasil, em que os índices de desigualdade são alarmantes, a COVID-19 pode precarizar ainda mais milhares de vidas que não possuem nenhuma espécie de proteção do Estado” (DIAS, 2020, p.6).

A urgência de se reinventar em tempos de recessão econômica e social em meio ao desafio de sobrevivência do indivíduo é sem dúvidas um dos *slogans* que reverbera em uma sociedade neoliberal, no caso do Brasil durante a pandemia percebe-se um posicionamento do governo federal no sentido de priorizar a vida econômica em detrimento a vida biológica, sendo assim “grande parte da atenção governamental despendida nesses últimos meses buscou dirigir a

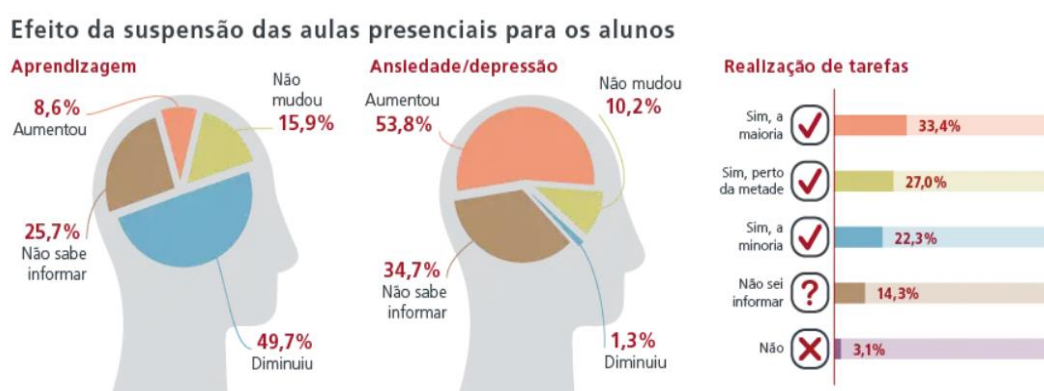
<sup>4</sup> O termo vem do inglês, na tradução literal significa “notícias falsas” diz respeito a propagação de informações sem veracidade, muito difundidas em mídias sociais.

população evitando que abandonasse o local de trabalho mesmo com o avanço das contaminações, intervindo sobre os modos de agir coletivamente frente a tal risco” (Mansano, 2021, p. 312). Observa-se de forma veemente a concepção da população como massa de produção de riqueza.

### Diálogos da covid-19 e os impactos no campo da educação

A Pandemia do Coronavírus, como um capítulo histórico de grandes proporções, apresentou um efervescência de estudos com o objetivo de descrever o fenômeno e ponderar as consequências dos altos níveis de mortalidade, além de um longo período de quarentena que transacionou as rotinas, fazendo com que famílias ampliassem o convívio na medida que revolucionou as interações sociais e as metodologias educativas por meio de uso das tecnologias.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO,2020) apontou em relatório, os impactos configurados pelas novas formas de ensino durante a pandemia, a saber: o aumento das taxas de evasão escolar os dados do estudo indicam que 60% das crianças em todo o mundo receberam educação, um nível alarmante nunca visto desde os anos 1980, além do estresse dos professores em razão da utilização de novas plataformas, altos custos econômicos justificados pela crise econômica e a dificuldade em mensurar a aprendizagem em especial em grupos heterogêneos como no caso de jovens e adultos.



**FIGURA 02\_** Efeitos da suspensão das aulas presenciais. Fundação Carlos Chagas (2020).

Na figura acima se observa os efeitos psicossociais da suspensão das aulas, a pesquisa intitulada

Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica foi direcionada para docentes, com o total de 14.285 professoras e professores respondentes de todas as 27 Unidades da Federação, o objetivo foi verificar como docentes das redes públicas e privadas estão desenvolvendo suas atividades, e quais suas expectativas para o período de retorno às aulas presenciais, o resultado acima demonstrou um aumento alarmante de transtornos depressivos e ansiosos, somado a diminuição da aprendizagem dos estudantes.

Padulla (2022), chama a atenção para um aumento de casos de indisciplina e falta de empatia entre os jovens e adolescentes após o retorno gradual das aulas. A falta de senso coletivo levou ao questionamento se seria a pandemia a principal responsável pelo efeito, devido aos anos de privação de convívio social, no entanto o autor acredita que penderia mais para um reflexo da sociedade que delega a função de educar o comportamento de forma exclusiva para os educadores, desse modo os efeitos deixados pelo COVID-19, que incluem a falta de atenção, doenças psicossomáticas dentre outros, nada mais é do que um reflexo da sociedade cada vez mais dependente do uso excessivo de aparelhos eletrônicos e carente de interações socioafetivas de qualidade.

Em uma perspectiva crítica sobre os efeitos da realização de aulas online, Agamben (2020) usa o termo “barbárie tecnológica” para explicar o desaparecimento de algumas peculiaridades de ensino que só poderiam ser experienciadas de forma presencial e que ficam aprisionadas em um “ecrã espectral” (termo utilizado pelo autor), ele alerta que a restrição de cursos para modalidade online se aproxima de uma ditadura telemática que deve ser combatida por professores e estudantes.

Berardi (2020), na obra “Extremo: Crônicas de Psicodeflação”, também contribui para análise dos efeitos da pandemia e alerta para o início de um possível viés ideológico de autoritarismo tecnocrático. Ao dialogar com o pensamento do filósofo Giorgio Agamben, Berardi afirma que a quarentena pode se configurar no começo de uma transformação tecno totalitária, para o filósofo há muito tempo a sociedade se vê em um estado de estagnação, que nos sustenta em uma bolha de hiperatividade e superestimulação, o processo de desaceleração causado pelo vírus constitui condições para um salto mental devido a frugalidade da mudança radical do estilo

de vida, nesse ínterim a psicodreflação advém do estado psíquico causado pela desaceleração.

Difícilmente o organismo coletivo se recuperará desse choque psicótico-viral; dificilmente a economia capitalista, agora reduzida à estagnação irremediável, retomará sua gloriosa jornada. Podemos afundar no inferno de uma prisão tecnomilitar cuja chave está só nas mãos da Amazon e do Pentágono. Ou podemos esquecer a dívida, o crédito, o dinheiro e a acumulação. (BERARDI, 2020, p 10)

Gomes (2022) ao analisar os efeitos da psicodreflação, com o auxílio do aparato teórico de Berardi e da epistemologia do Niilismo, indaga sobre as consequências da estagnação capitalista, uma vez que não houve um preparo cultural da sociedade para esse fenômeno, é válido ressaltar que a crise gerada pelo vírus não advém estritamente de aspectos econômicos e sim do corpo, assim “O corpo diminui o ritmo e entra em estado de passivação e é esse o fator primordial da crise” (GOMES, 2022, p.137).

As influências contidas nos anseios em voltar à normalidade, exortam o papel dos meios de comunicação online, em dado momento se o mundo desacelerou com grande parte da população confinada em ambiente doméstico, de outro modo, emergiu a retomada da aceleração da vida por meio de um acúmulo excessivo de atividades virtuais, o que nos leva a indagar os efeitos psíquicos deste feito na população (GOMES,2022).

Com base em um contexto de imprevisibilidades, importa aos estudiosos pensar sobre os processos de retorno a chamada normalidade, mas quanto a isso Berardi é categórico:“Se pretendermos voltar ao normal, teremos violência, totalitarismo, massacres e a extinção da raça humana até o final do século” (2020, p. 48). Dessa maneira, é dever a realização de uma reflexão profunda sobre o aprendizado da pandemia e uma avaliação das causas das precariedades sociais, desnudadas nesse período para se pensar as práticas que poderão se incorporar, em especial no sistema educativo.

Di felice (2022), em contrapartida ao ser questionado sobre as experiências da presença do mundo digital na educação, compreende que a eclosão da pandemia demonstrou a qualidade tecnológica da situação social, dado que mesmo o indivíduo em um quarto sozinho ao adentrar em plataformas como Zoom ou Meet, transforma de maneira imediata a situações sociais as

tornando públicas e alterando as características físicas do espaço e do comportamento. Nesse entendimento o isolamento físico não se configurou em uma separação social, as relações continuaram a acontecer, porém agora por meio digital. Tais considerações nos sinalizam que, para além de todos os apontamentos trazidos como problemas, alguns efeitos pandêmicos podem ser percebidos pela sua característica positiva.

Em uma afirmação entusiasta das potencialidades tecnológicas, Di felice (2022) afirma: “Uma vez que a tecnologia sempre foi um agente pedagógico (alfabeto, escrita, tipografia, computador etc.), deveria ser natural e espontâneo reconhecer a oportunidade que a pandemia ofereceu para podermos repensar a nossa antiga didática e a própria ideia de escola”. Seguindo essa lógica, Catini (2020) em uma previsão das tendências oriundas do momento de confinamento, afirma que houve apenas uma aceleração do uso da tecnologia na relação educativa que tende a se generalizar e se tornar permanente.

É fato que a pandemia influenciou na autonomia dos estudantes, uma vez que o ensino remoto demanda certa organização e planejamento dos estudos, que antes eram feitos de maneira tutelada pelos professores e agora serão feitos pelos estudantes em seus lares. Nesse sentido também houve um maior envolvimento da família no processo, muitos pais se fizeram mais participativos na vida escolar dos filhos e puderam vivenciar as complexidades de educar, o que evidenciou os desafios em adaptação e organização das atividades profissionais e a constatação da importância dos profissionais de educação e de um espaço físico para educar (DA SILVA, BARRETO et al, 2020).

### **Desafios da educação de jovens e adultos frente à pandemia**

A EJA se caracteriza como uma modalidade instituída em âmbito nacional pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no ano de 1996, voltada a pessoas acima de 15 anos que não completaram o Ensino Fundamental e jovens e adultos acima de 18 anos que não completaram alguma etapa da educação básica. A política pautada na inclusão, em tese, atestaria o compromisso do Estado na garantia de um direito social na reinserção de jovens e adultos que em algum momento por motivos de ordem diversas interromperam sua jornada escolar e que atende de forma majoritária camadas empobrecidas da classe trabalhadora.



Os impactos das alterações no ensino devido ao contexto pandêmico evidenciaram as mazelas da educação no país, fruto da construção de uma sociedade capitalista que influenciou diretamente as políticas públicas da educação, principalmente no que se refere à modalidade da EJA, que foi estruturada em muitas vezes como ações de cunho assistencialista e compensatório, iniciativas estas pautadas no imediatismo de uma formação fragmentada e descontínua. (SOARES, 2001)

Diante do fenômeno a adoção do ensino a distância mostrou-se como alternativa para minimizar os impactos causados na educação e nos processos de ensino-aprendizagem e favorecer o cumprimento do calendário letivo obrigatório conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que já mencionava o ensino a distância como alternativa diante de situações de crise (BRASIL, 1996). A partir deste entendimento os Conselhos de educação atuaram a fim de regulamentar o funcionamento de escolas que realizaram suas atividades de forma remota.

No que concerne às orientações da EJA, o Conselho Nacional de Educação sugeriu que, enquanto perdurar a situação de emergência sanitária, a reorganização do calendário escolar deveria ser considerada as “condições de vida dos estudantes, para haver harmonia na rotina de estudos e de trabalho.” (BRASIL, 2020b). Todavia, esse caráter orientativo não abordou as desigualdades ao acesso e manuseio de recursos tecnológicos, assim como as desigualdades diversas (cultural, econômica, social) que são estruturais na sociedade brasileira (ARRUDA, 2020).

Salienta-se que objetivo das normativas supracitadas seria permitir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem a fim de amenizar o prejuízo de milhares de estudantes de todo país após o estabelecimento de regras de isolamento social, uma vez que “há uma enorme preocupação de que a evasão, que já era alta no Brasil, e que já experimentou um aumento na pandemia, siga ainda maior, mesmo após a reabertura das escolas”. (NUNES, 2021, p.10).

Diante do contexto exposto, Cunha et al afirmam que os alunos da EJA ficaram esquecidos, nos termos dos autores “são alunos trabalhadores que precisam conciliar trabalho, estudo, família, filhos, e tantas outras responsabilidades e em meio a toda essa pandemia lutam por suas vidas e

pela manutenção de seus empregos e sua condição de alunos que lhes é negada” (2020, p. 28).

Caminhando ainda nessa seara de discussões dialogamos com Costa Júnior (2020) que nos diz:

Acontece que no cenário da pandemia de Covid-19 a EJA, que ainda encontra-se na tentativa de superar antigas questões como as que apresentamos aqui, se se depara com novos dilemas que restringem ainda mais direitos, impedindo que esse campo da educação possa cumprir suas finalidades éticas, estéticas, políticas e, sobretudo crítica. (COSTA JÚNIOR, 2020, p.6)

Nessa perspectiva, Fartinato et al (2020) corroboram a existência de um processo de invisibilização do educando que compõe a EJA, tendo por base as precárias condições socioeconômicas que caracteriza grande parcela dos estudantes, além das questões emocionais que refletem os efeitos da quarentena obrigatória.

A citada exigência de manuseio de novas tecnologias para acesso ao ensino remoto remonta mais uma das questões da modalidade, composta por sujeitos que não possuem habilidades ou até mesmo não possuem meios para acessá-las, muitos acometidos pela forte onda de desemprego proveniente da crise econômica durante o período pandêmico. Da Silva Barreto et al (2020), afirmam que em contraste com a escola privada, os estudantes do ensino público não possuem em sua maioria equipamentos tecnológicos, rede de internet com boas conexões capazes de suprir as necessidades das atividades virtuais. Essa realidade, de sujeitos que não têm equipamentos, que não têm pacotes de dados de internet que suportem a demanda dos estudos, em muito afeta o processo de ensino e aprendizagem em uma experiência que se dê de maneira remota.

Segundo Andrade (2021, p.220) os impactos da atual pandemia, “desnudaram ainda mais a precariedade da escola pública por meio das insuficientes medidas de ensino à distância sem a necessária acessibilidade digital” (2021, p. 220). Nesse mesmo raciocínio, Da Costa Machado et al (2021) afirmam que a pandemia ampliou a falta de conexão também por parte dos professores, que muitas vezes trabalhavam em isolamento sem possibilidades de desenvolvimento profissional.

Como evidenciado, a ausência da convivência social no ambiente educativo é um grande desafio

ao referenciar a escola como função social, muitas vezes a simples rotina de ir até a escola tem fortes impactos, o contato com colegas e docentes tende a acarretar em uma sensação de aceitação pela sociedade (FARTINATO, et al, 2020).

Arruda et al (2020), provocam reflexões acerca das invisibilidades relatadas na conjuntura de ameaças políticas, sociais e culturais impulsionadas pela pandemia que na visão dos autores amplificam as realidades perversas que permeia a EJA, considerando as suas especificidades múltiplas, desmontes e a ausência de condições subversivas as supostas garantias democráticas.

Sendo assim, a escola como instituição social assume um papel de extrema importância na estratégia de permanência do aluno, seja com administração dos recursos disponíveis e/ou com a metodologia didática oferecida pelos professores, o fato é que se apresenta um cenário desafiador o qual a aplicação de dispositivos pelo governo não se mostraram efetivamente suficientes para contornar os percalços citados, que advém de um extenso histórico de estigmas.

### **Considerações finais**

Diante dos estudos apresentados, pode-se depreender que o cenário de enfrentamento à pandemia demandou estratégias de intervenção estatal, que reverbera de forma direta na política educacional a fim de minimizar os impactos na aprendizagem dos alunos durante o referido período, o que ressalta o relevante papel da escola como instituição social.

A manifestação do contexto social tem reflexos nas políticas públicas educacionais, especificamente no caso da EJA na medida em que um cenário contemporâneo de retração fiscal proposto por uma agenda neoliberal apresenta uma redução de matrículas e a adesão de instrumentos de certificação dos estudos.

Percebe-se que as recentes experiências de uso de tecnologia para comunicação subjetivam a sociedade a novos enquadramentos da relação entre as pessoas e também denotam a necessidade de construção de novos currículos e práticas de transmissão do conhecimento. No caso da EJA as mudanças que adaptaram as práticas pedagógicas de forma remota, ressalta ainda mais a desigualdade social que muitos estudantes já experimentam a respeito do acesso a tecnologias

essenciais para acompanhamento das atividades.

Essa situação, efetivamente ligada a questões da falta pela não condição econômica de acesso, reforça as limitações da escola sem os devidos investimentos governamentais e políticas públicas adequadas. Nesse contexto, a pandemia desnudou dificuldades vividas nas escolas que antes não eram percebidas diretamente pela sociedade, o que reverbera conseqüentemente na contribuição para o aumento do abismo da desigualdade social já existente historicamente no Brasil.

Sobretudo nota-se que apesar da existência de aparatos de regulamentação das normas de ensino remoto, não houve uma integração entre as políticas dos estados, o que levou a uma diversificação de estratégias diversas que vão de atividades no formato remoto, a até a distribuição de materiais impressos, soma-se a isso a ausência de percepção da singularidade e das reais demandas dos sujeitos da EJA.

Ressalta-se a necessidade da manutenção de relações interpessoais é um fato inerente à humanidade, isso se traduz na elevação dos números de doenças psicossomáticas durante o período de isolamento. Cumpre registrar que a pandemia e seus respectivos impactos em âmbito social, político e econômico, possui um arcabouço teórico e bibliográfico em construção, visto que consiste em um fenômeno social que ainda está acontecendo.

O fim desse trabalho, mais que trazer respostas prontas, cumpre-nos explicitar possibilidades para uma modalidade educacional marcada historicamente pela falta e pelo descaso por parte dos governantes, seja em relação a investimentos ou fomento de políticas públicas. Um trabalho que aborda a Educação de Jovens e Adultos no contexto pandêmico, para além de suas contribuições acadêmicas com a área de conhecimento, serve de motivador para educadores e educadoras que em seu fazer profissional se preocupam em formar gente, pessoas, que possam tornar a nossa sociedade mais igualitária e humana.

## Referências

A COVID-19 BATE TODOS OS RECORDES GLOBAIS EM NOVEMBRO. *EcoDebate*, 2020. Disponível em <<https://www.ecodebate.com.br/2020/11/16/a-covid-19-bate-todos-os-recordes-globais-em-novembro/>> Acesso em :08/08/2022.

ARRUDA, Dayana Oliveira; DO NASCIMENTO OSÓRIO, Antônio Carlos; DA SILVA, Sara Santana Armoa. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia: contradições e racionalidades em evidência. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, p. 398-416, 2020.

AGAMBEN, Giorgio. Réquiem para os estudantes. Instituto Humanitas UNISINOS, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599292-requiem-para-os-estudantes-artigo-de-giorgio-agamben>. Acesso em: 19 de Abril de 2022.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Tendências da educação de jovens e adultos pós-pandemia de covid-19. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 213-238, 2021.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo) liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 227-284, 2016.

BERARDI, Franco. **Extremo: Crônicas da psicodelação**. São Paulo: UBU, 2020.

CATINI, Carolina O trabalho de educar numa sociedade sem futuro. In: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/05/o-trabalho-de-educar-numa-sociedade-sem-futuro/> Acesso em 10/09/2022.

CUNHA, Alessandra Sampaio et al. A EJA em tempos de pandemia de covid-19: reflexões sobre os direitos e políticas educacionais na Amazônia Bragantina. **Nova Revista Amazônica**, 2021.

DA COSTA MACHADO, Soraia Sales Baptista et al. Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 45, p. 117-136, 2021.

DA SILVA BARRETO, Jurenice; AMORIM, Marília Rafaela Oliveira Requião Melo; DA CUNHA, Célio. A pandemia da covid-19 e os impactos na educação. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 3, n. 7, p. 792-805, 2020.

DI FELICE, Massimo. Cidadania digital: a expressão de outro mundo, um novo tipo de civilização. In: <https://www.ihu.unisinos.br/617587-cidadania-digital-a-expressao-de-um-outro-mundo-um-novo-tipo-de-civilizacao-entrevista-especial-com-massimo-di-felice> (Acesso em 07/04/2022) - 13 págs.

DIAS, Renato Duro. Governamentalidade, Biopolítica e Vida Precária: a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 15, n. 2, p. 43634, 2020.

Disponível em :<<https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1/>> Acesso em 20/08/2022.

Fantinato. M., Vargas. A. & Moura. J. (2020). "Não olha para a cara da gente": ensino remoto na EJA e processos de invisibilização em contexto de pandemia. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, 13(1),104-124.

FIOR, Camila Alves; MARTINS, Maria José. Docência universitária no contexto de pandemia e o ingresso no ensino superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, e024742, p.1-20, 2020.

GOMES Laurici Vagner. Pandemia, psicodelfação e educação estética. **Educação Em Foco**, v. 25 n. 45, 2022. In: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/6413/3978> (Acesso em 29/04/2022) – 27 págs.

MANSANO, Sonia Regina Vargas; CARVALHO, Paulo Roberto; DE CARVALHAES, Flavia Fernandes. Pandemia, governamentalidade e biopolítica: a vida em disputa. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 305-321, 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). COVID-19: desenvolvimento humano deve retroceder pela primeira vez desde 1990. 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/covid-19-and-human-development-assessing-crisis-envisioning-recovery>. Acesso em: 07 agosto 2022.

NILO, Tiago. Alguns apontamentos sobre a governamentalidade liberal e/ou neoliberal a partir de Michel Foucault. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 2, n. 03, p. 345-358, 2010.

NUNES, Renata Cristina. Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia do COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e1410313022-e1410313022, 2021.

PADULLA, Luiz Fernando Leal. Educação em falta: só culpa da pandemia? In: <https://diplomatique.org.br/educacao-em-falta-so-culpa-da-pandemia/> (Acesso em 04/04/2022) – 2 págs

Pesquisa: Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica.Fundação Carlos Chagas.2020 . Disponível em < <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1/>> Acesso em 10/08/2022.

SOARES, Leôncio. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos**. In: Vera Masagão Ribeiro. (Org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. 1aed.Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001, v. , p. 201-224.